

STF semiacovardado

CASO INTERCEPT O Supremo nega a soltura provisória de Lula, contudo mantém Moro na frigideira, à espera de novas revelações

POR ANDRÉ BARROCAL

Numa enfiada desde o início das revelações de algumas de suas conversas privadas no tempo de juiz, Sérgio Moro, nascido em Maringá há 46 anos, deu um pulo em casa antes de depor a deputados em 3 de julho. Nos últimos dias, esteve nos Estados Unidos, a pátria inspiradora de sua ação à margem da lei na Operação Lava Jato. Foi ao FBI, ao Departamento Anti-drogas, ao Tesouro, à sede da diplomacia e a órgãos de combate ao terrorismo e crimes cibernéticos. Por três dias, o ministro da Justiça havia se negado a publicar sua agenda em terras americanas e só abriu o jogo quando dois deputados, o paulista Alencar Santana, do PT, e o maranhense Márcio Jerry, do PCdoB, lhe cobraram explicações formais. Se era uma viagem normal, por que o silêncio? Aliás, se suas conversas privadas com Deltan Dallagnol, outro que acaba de ir aos EUA, eram normais, como afirma Moro, e não demonstrações de parcialidade, por que o ex-juiz insiste em pôr em dúvida a autenticidade delas? “Normalizaram-se os absurdos. Essas conversas não são normais”, disse Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

O STF empurrou para depois da moleza das férias de julho uma decisão a respeito da parcialidade de Moro em casos do ex-presidente Lula. É possível que, até lá, novas revelações do *site* Intercept reforcem o que se sabe desde 9 de junho,

data das primeiras reportagens. Moro aconselhou a força-tarefa de Curitiba, o que fez dele “suspeito” conforme o artigo 254 do Código de Processo Penal, motivo de anulação de sentença, segundo o artigo 564. Mostrar à população que Moro violou a lei não é tarefa fácil. O público em geral não compreende que um magistrado deve manter distância das partes antes de julgar. Ele sempre foi visto como chefe das investigações, papel que cabe ao Ministério Público. Segundo uma pesquisa feita por telefone, entre 17 de 21 de junho, pelo Instituto Paraná Pesquisas, 56% dos brasileiros acham que as conversas privadas de Moro não põem em dúvida a Lava Jato. Se bem que há uma maioria que pensa o contrário entre jovens de 16 a 24 anos (52%) e pessoas que estudaram até o Ensino Fundamental (51%).



Este magistrado tornou-se a esperança

A oposição ao governo Bolsonaro, em particular o PT, quer criar uma CPI da Lava Jato na Câmara, a fim de martelar no imaginário popular que Moro, Dallagnol e companhia agiram à margem da lei. “Já há um fato determinado, a parcialidade está clara, esperar novas revelações para quê?”, diz o deputado Orlando Silva, do PCdoB paulista. Será que o clima gerado por uma CPI facilitaria soltar Lula? Os petistas animaram-se com a possibilidade de libertação em 25 de junho. Era o dia marcado para a chamada Segunda Turma do Supremo, formada por 5 dos 11 juizes do tribunal, julgar o *habeas corpus* lulista a apontar a parcialidade de Moro. Até a hora do julgamento, era incerto se haveria decisão. A presidente da turma, Cármen Lúcia, tinha jogado o assunto para o fim da fila. Mas, por se tratar de HC de um réu preso, a ordem da pauta não importava. Bastava o juiz que tinha o caso nas mãos querer, que a fila seria furada. Gilmar Mendes queria?

A parcialidade de Moro começou a ser julgada em dezembro de 2018 e tinha dois votos contra Lula naquele momento, de Cármen e Edson Fachin, quando Mendes interrompeu para examinar o caso com calma. Ele liberou o caso dois dias após o início do noticiário do Intercept. O antigo carrasco do PT parece disposto a ajudar Lula, com quem chorou ao telefone no velório de um neto do ex-presidente, Arthur, de 7 anos, em março deste ano.

EVARISTO SAIAFP E NELSON JR/STF



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 30

(Des)governo.

Os arrependidos
abandonam a nau de loucos



Mendes e Ricardo Lewandowski votariam pela suspeição de Moro, provavelmente. A incógnita estava no último voto, o de Celso de Mello, decano da corte. Até a segunda-feira 24, Mendes tinha dúvidas sobre Mello e ensaiou segurar o caso.

Naquele dia, Lula divulgou uma carta em que cobrava um desfecho. “Muita gente poderosa, no Brasil e até de outros países, quer impedir essa decisão, ou continuar adiando, o que dá no mesmo para quem está preso injustamente. Alguns dizem que ao anular meu processo estarão anulando todas as decisões da Lava Jato, o que é uma grande mentira, pois na Justiça cada caso é um caso”, diz o texto (*leia a íntegra da carta à pág. 28*). Esta posição foi reafirmada

por seu advogado, Cristiano Zanin, no início da sessão da Segunda Turma. Mendes arranhou uma saída. Em vez de julgar a parcialidade de Moro, propôs que Lula aguardasse em liberdade uma definição. Mello discordou. E comentou: “Esse meu pronunciamento não antecipa a decisão que eu já tenho preparada para examinar o mérito, o fundo

**O Brasil não sabe
compreender
que um juiz deve
manter distância
das partes a julgar**

da controvérsia”. Resultado: 3 a 2 contra Lula. Cármen, Fachin e Mello de um lado, Lewandowski e Mendes de outro.

O decano é um mistério agora, mas já considerou Moro suspeito em um determinado processo e votou para afastá-lo do caso. Foi em 2013, em um *habeas corpus* movido, em 2008, por um doleiro condenado no caso Banestado, Rubens Catenacci, escândalo da era FHC que deu fama ao hoje ministro da Justiça. Celso de Mello alegava que Moro tinha agido como se fosse do Ministério Público: decretou cinco vezes a prisão preventiva do réu sem ouvir o MP e obrigou os procuradores a pedirem mais medidas cautelares contra o doleiro. Também mandou monitorar os advogados de Catenacci.



Seu País

Para as prisões se consumarem, ordenou à polícia que descobrisse, com empresas aéreas e a Infraero, voos do doleiro e de seus advogados Cezar Bitencourt e André Schmidt, ordem mantida em sigilo. “Impressionante”, disse Mello no julgamento de 2013. Para ele, houve “séria ofensa ao dever de imparcialidade judicial”. E votou contra Moro, o único entre cinco membros do STF.

Um funcionário do gabinete de um juiz do Supremo diz: o decano não gosta de Lula, não se deve tomar o caso Catenacci como referência. No julgamento de 25 de junho, Lewandowski comentou, sem citar nomes, que se não fosse Lula o beneficiado de uma decisão favorável do Supremo, o tribunal agiria de outra forma. Uma observação feita no instante em que foi negado ao ex-presidente, por 4 a 1, outro *habeas corpus*, um que tentava anular a confirmação da sentença de Moro no caso do triplex do Guarujá pelo Superior Tribunal de Justiça, em abril. Os advogados lulistas não puderam falar no STJ. “Não sei se é porque o paciente ou o réu é uma determinada pessoa, mas eu me lembro que aqui, inúmeras vezes, em circunstâncias análogas, quando houve uma lesão a esse direito fundamental que é o da participação do advogado em julgamento, inclusive com sustentação oral, com prévia intimação, quantos e quantos processos anulamos porque o advogado não foi intimado? Até esqueço quantos, tão grande foi o número”, disse Lewandowski.

Tratar Lula como exceção é a regra no Supremo. Ele foi impedido de ser ministro de Dilma Rousseff, mas a suspeita de ser uma nomeação contra investigações policiais não foi seguida com o emedebista Moreira Franco no governo Temer. Rosa Weber votou contra, e com isso desempatou o placar, um *habeas corpus* pró-Lula em abril de 2018, embora discorde de prisões após sentenças de segunda instância. No comando do STF, Cármen Lúcia negou-se, em 2017



Celso de Mello, no caso Banestado, já teve comportamento diferente em relação ao inquisidor curitibano



No comando do STF, Cármen Lúcia negou-se por duas vezes a encaminhar uma ação para contestar prisões em segunda instância

e 2018, a botar em pauta uma ação que contesta prisões em segunda instância, algo de que Lula tiraria proveito, mas deu um jeitinho de, com o próprio voto, impedir o STF de afastar o conterrâneo mineiro Aécio Neves do Senado em 2017. Sem decisão sobre “prisão em segunda instância”, Marco Aurélio Mello deu uma liminar coletiva em dezembro

de 2018, a soltar todos os presos naquela condição, e levou a um fato inédito. A decisão foi cassada por um colega, Dias Toffoli, atual comandante do tribunal.

Toffoli foi procurado discretamente pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM carioca, antes das novas decisões no caso Lula. O deputado tentou adiar o julgamento. Achava que a



Levandowski deixou claro que não fosse Lula o beneficiado, o tribunal agiria de outra forma

“Soltar Lula e punir Moro seria mais do que acabar com as esperanças do povo”, diz Eduardo Bolsonaro

que em julho de 2018 disse que bastavam um soldado e um cabo para fechar o Supremo. “Soltar Lula e punir Moro seria mais do que acabar com as esperanças do povo brasileiro”, tuitou ele.

“Parabéns à esquerda (...), vocês chamaram a atenção do Brasil inteiro, que estará nas ruas no dia 30. Então, eu te agradeço, Glenn, pela estupidez que você fez.” Palavras da deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), durante uma audiência pública na Câmara com o jornalista Glenn Greenwald, do Intercept, realizada ao mesmo tempo em que o STF decidia sobre Lula. Carla é fundadora do movimento direitista Nas Ruas, um dos fomentadores das novas passeatas bolsonaristas, ao lado do Vem Pra Rua e do MBL. Esse último não desistiu de se engajar nos atos nem mesmo após conhecer a opinião privada de Moro a seu respeito. “Não sei se vocês têm algum contato, mas alguns tontos daquele movimento Brasil Livre foram fazer protesto na frente do condomínio do ministério”, escreveu Moro a Dallagnol em 23 de março de 2016, conforme outra revelação do Intercept, esta via *Folha*, com quem Greenwald selou uma parceria.

O ministro citado por Moro era Teori Zavascki, morto na queda de um avião em janeiro de 2017. Era Zavascki quem cuidava da Lava Jato no Supremo. Na véspera de Moro chamar o MBL de “tonto”, o ministro havia tirado do juiz tudo o que se referia a Lula, em decorrência da



Presidente do Supremo, Toffoli teme que a soltura de Lula incendeie o País

soltura do petista bagunçaria a votação da reforma da Previdência, confusa por si só. Não foi a única avaliação política no Supremo. Correu ali o temor de a libertação de Lula incendiar o País.

No domingo 30 de junho, haveria novas manifestações bolsonaristas pelas ruas, convocadas em defesa de Moro, da Lava Jato e de uma CPI da Lava Toga. O humor

popular com o tribunal é dos piores, especialmente no bolsonarismo. Segundo a pesquisa Barômetro Brasil, divulgada em junho, 38% da população acha que o presidente tem o direito de fechar o STF para governar em paz. Entre aqueles que se autodefinem “de direita”, mais da metade pensa assim, 52%. Sentimento explorado pelo deputado Eduardo Bolsonaro,



Seu País

divulgação ilegal, por Moro, de grampos telefônicos de Lula e Dilma. O MBL foi protestar na porta do prédio de Zavascki. Na época, Moro pediu “escusas” ao Supremo pela divulgação ilegal dos grampos e ficou por isso mesmo. Repetiu a palavra ao reagir à revelação sobre os “tontos” do MBL. “Se de fato usei o termo, peço escusas, mas saibam que têm todo o meu respeito e sempre terão”, disse em uma mensagem de áudio enviada a representantes do movimento. Pediu “escusas”, mas não deixou de botar em dúvida o teor da conversa com Dallagnol: “Pode ter sido adulterado”. É a atitude adotada desde o início de divulgação das conversas. Não as nega, semeia dúvidas.

“Moro está tentando enganar o público”, disse Greenwald na Câmara, “o tempo todo nos chama de aliados de hackers, tenta nos intimidar, nos criminalizar”. Insiste que as conversas podem ter sido falsificadas, comentou o jornalista, sem desmenti-las peremptoriamente, nem apontar o que teria sido modificado. Greenwald contou ter recebido há algumas semanas, de pessoa cuja identidade preserva, um extenso material, com áudios inclusive, e que ao examiná-lo ficou “chocado”. “O Moro ultrapassou os limites da ética”, afirmou, “era o chefe dos procuradores”, Dallagnol e os procuradores eram “subservientes” ao juiz, “tudo o que ele queria aconteceu”. Aconteceu mesmo.

Nas primeiras reportagens do Intercept, soube-se que Moro achava certa procuradora fraca. Ele escreveu a Dallagnol, em março de 2017, pelo aplicativo Telegram: “Prezado, a colega Laura Tessler de vocês é excelente profissional, mas para inquirição em audiência ela não vai muito bem. Desculpe dizer isso, mas com discrição, tente dar uns conselhos a ela, para o próprio bem dela. Um treinamento faria bem. Favor manter reservada essa mensagem”. “Ok, manterei sim, obrigado”, respondeu o subserviente. Mentirinha do chefe da força-tarefa,



Os rapazes acima são “tontos”, segundo Moro. Zavascki condenou a divulgação por Moro dos grampos das conversas entre Lula e Dilma. O inquisidor pediu desculpas, e bastou



“Moro está tentando enganar o público”, afirma Glenn Greenwald

como se soube graças a diálogos revelados em 21 de junho. Dallagnol escreveu ao procurador Carlos Fernando dos Santos Lima: “Não comenta com ninguém e me assegura que teu Telegram não tá aberto aí no computador e que outras pessoas não estão vendo por aí, que falo”. E contou a opinião de Moro sobre Laura. No fim do papo, Santos Lima comentou: “Por isso tinha sugerido que Júlio ou Robinho fossem também. No do Lula não podemos deixar acontecer”. Júlio Noronha e Roberto Pozzobom, os citados por Santos Lima, participaram do primeiro depoimento de Lula a Moro em maio de 2017. Laura, não.

Moro foi questionado no Senado, em 19 de junho, sobre o episódio. “Participou ou não da orientação de trocas de agentes protagonistas nessa operação?”, quis saber Nelsinho Trad, do PSD do Mato Grosso do Sul. Deu pirueta: “Em nenhum momento no texto, pode ler, há alguma solicitação de substituição daquela pessoa. Tanto que essa pessoa continua e continuou realizando audiências, realizando atos processuais”. O capixaba Fabiano Contarato, da Rede-ES, eleito em 2018 com discurso pró-Lava Jato, criticou o ex-juiz. “Se fosse eu, delegado